

**TRABALHO DOCENTE  
E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE:  
RESSONÂNCIAS DE UM MURAL  
DA SALA DE PROFESSORES**

*Bruno Deusdará (SEE-RJ/UERJ)*  
[brunodeusdara@yahoo.com.br](mailto:brunodeusdara@yahoo.com.br)

**INTRODUÇÃO**

É sempre questão pertinente às pesquisas que se desenvolvem no âmbito da Análise do Discurso a reflexão no que tange aos procedimentos de análise. A inexistência de um roteiro fixo e previamente determinado acerca das etapas a serem cumpridas para que se obtenha um suposto “sucesso” das análises propostas produz um duplo efeito entre os pesquisadores. De um lado, como efeito negativo, compreendendo a referida inexistência como “ausência”, observa-se a insegurança dos pesquisadores em ter de trilhar um caminho cujos pontos de chegada seriam ainda desconhecidos. De outro, como efeito positivo dessa mesma ausência de um roteiro prévio de procedimentos de análise, teríamos a produtividade de uma trajetória de pesquisa que se afirma como tal nesse percurso que se vai cuidadosamente tecendo.

Reconhecendo que a problemática a que nos referimos anteriormente pode constituir-se simultaneamente como impasse de pesquisa e motivação para invenções produtivas, pretendemos aqui oferecer ao leitor uma contribuição no sentido de explicitar as opções feitas ao longo de um percurso de pesquisa<sup>25</sup> em AD e, paralelamente à explicitação mencionada, analisar o referencial teórico que lhe dá sustentação.

Antes, porém, gostaríamos de esclarecer ao leitor a que nos referimos quando falamos em “invenções produtivas”. A partir de uma abordagem enunciativa, dizemos que o sentido não reside *na*

---

<sup>25</sup> Trata-se de pesquisa de Mestrado intitulada “Imagens da alteridade no trabalho docente: enunciação e produção de subjetividade”, defendida na área de Linguística do PPG em Letras/UERJ, defendida por Bruno Deusdará e orientada por Décio Rocha.

linguagem, mas se produz *entre* as práticas de linguagem como atividade social. Desse modo, vemos que a linguagem e, por conseguinte, o conhecimento que se produz sobre ela estão sempre inscritos histórica e socialmente. No contraponto de uma imagem de conhecimento-representação, assumimos a idéia de que o conhecimento se produz. Assim, as ferramentas que operam tal produção não podem ter existência anterior a ela, à qual pudesse ser apenas “aplicada”. Fazer tais ferramentas funcionarem em diferentes contextos significa, por menor e mais sutil que seja, promover invenções. Estamos dizendo assim que há uma dimensão do trabalho do pesquisador que acaba por não ganhar consistência. Ou seja, essas invenções que são inerentes às pesquisas que fazemos não se mostram como intensidades de um trabalho minucioso. Antes, aparecem como meros “ajustes”. É preciso ressaltar ainda que o não enquadramento de um conjunto de elementos no quadro previsto por um referencial metodológico não deve ser entendido como um desajuste, ou um defeito. Trata-se sim de força motriz para as invenções a que fazemos referência aqui.

Atribuímos a inspiração para tais reflexões em uma trajetória de estudos que irá buscar em Nietzsche um referencial interessante. Foucault sistematiza tais idéias da seguinte maneira:

Efeito de superfície, não delineado de antemão na natureza, o conhecimento vem atuar diante dos instintos, acima deles, no meio deles; ele os comprime, traduz um certo estado de tensão ou de apaziguamento entre os instintos. Mas não se pode deduzir o conhecimento, de maneira analítica segundo uma espécie de derivação natural. Não se pode, de modo necessário, deduzi-lo dos próprios instintos. O conhecimento, no fundo, não faz parte da natureza humana. É a luta, o combate, o resultado do combate e conseqüentemente o risco e o acaso que vão dar lugar ao conhecimento. O conhecimento não é instintivo, é contra-instintivo, assim como ele não é natural, é contra-natural (Foucault, 2005, p. 17).

Anunciamos agora ao leitor algumas breves linhas de contextualização da pesquisa sobre cujas opções nos debruçaremos neste artigo. Nela, partimos de uma inquietação acerca do trabalho docente que se dá a conhecer, por exemplo, quando observamos o referencial utilizado para o cálculo salarial. Embora para a base de cálculo salarial se tomem como referência as horas de trabalho despendidas em

sala de aula<sup>26</sup>, a jornada desses trabalhadores estende-se por um conjunto de outras atividades mais ou menos reconhecidas como trabalho – tratamos aqui de atividades como elaboração de material, correção de provas, e ainda outras atividades “informais” que consideramos igualmente necessárias ao cotidiano do trabalho docente: combinados com outros profissionais, conversas com alunos ou seus responsáveis, que, muitas vezes, não ganham visibilidade como trabalho.

Desse modo, compreendemos ser necessário pôr em análise a produção/circulação de sentidos do trabalho docente, para além das coordenadas de espaço-tempo classicamente identificadas como tal: as interações ocorridas na sala de aula. Optamos assim por uma pesquisa de campo realizada em uma unidade escolar da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro. Como desdobramento de tal opção, considerando ainda as questões motivadoras expostas anteriormente, pusemo-nos a analisar as interações produzidas na sala de professores da referida escola.

Feita essa breve contextualização das motivações que nos conduziram à sala de professores, passaremos a discutir aqui os encaminhamentos que se fizeram necessários a uma pesquisa que se propõe a problematizar a produção/circulação de sentidos do trabalho docente, no cotidiano escolar.

## QUESTÕES PARA UMA INVESTIGAÇÃO DO/NO COTIDIANO

Neste item, daremos ênfase às discussões acerca da elaboração de uma demanda de pesquisa, associando-a aos desdobramentos de pesquisa relativos aos procedimentos de análise. Ao longo de cada uma das opções, faremos discussões evidenciando a lógica que

---

<sup>26</sup> Na rede pública estadual do Rio de Janeiro, os profissionais possuem vínculo estatutário, em dois regimes de carga horária. O ingresso na carreira do magistério por concurso público atualmente tem se dado através do regime de 16 (dezesseis) horas, sendo 12 (doze) em sala de aula e 4 (quatro) destinadas a atividades chamadas de “complementares”. Há ainda o regime de 40 (quarenta) horas, das quais 30 (trinta) devem ser cumpridas em regência de turma e 10 (dez) com atividades “complementares”.

sustenta cada uma delas. Tais discussões têm como objetivo apontar para uma desnaturalização das práticas de pesquisa, mostrando ser necessário dar visibilidade à trajetória de reflexões como singularidade, que se afirma não a partir de metodologias anteriores a ela, mas na própria constituição do percurso.

Podemos dizer que nossa pesquisa centra-se em uma questão razoavelmente consensual, qual seja a afirmação de que o trabalho do(a) professor(a)<sup>27</sup> estende-se por outras coordenadas de espaço-tempo, para além da sala de aula. Assim sendo, fica evidente que a demanda para uma investigação a partir da referida questão dispensa mesmo uma formalização. Ou seja, mesmo que não tenha chegado até nós um grupo de professores solicitando uma pesquisa assim delineada, isto não nos impossibilita de afirmar que há uma demanda que se origina no cotidiano de profissionais de Educação angustiados com uma rotina de trabalho que se prolonga por uma série de outras atividades que extrapolam as interações professor(a)/aluno (a), na sala de aula.

Trata-se de afirmar, portanto, que esta seria uma das primeiras opções feitas em nossa pesquisa: elaborar uma demanda à qual viríamos responder com a mobilização de um dado instrumental teórico e com um conjunto de opções relativas ao campo empírico.

Em nossa trajetória de reflexões, recorreremos à pesquisa de campo como dispositivo de co-construção de saberes entre pesquisador e os(as) trabalhadores(as). Ao tratar a pesquisa de campo como “dispositivo de co-construção de saberes”, estamos dando visibilidade aos pressupostos que sustentam uma segunda opção em nossa trajetória de reflexões. Queremos assim nos distanciar da concepção segundo a qual o campo seria apenas a fonte de dados para o pesquisador. Do nosso ponto de vista, não é possível extrair “dados” do campo para serem analisados em gabinetes. No caso de um trabalho com textos, a própria opção por um texto e não por outro já é fruto de um diálogo que vai se produzindo, mesmo que sem ganhar a devida visibilidade nos registros da pesquisa.

---

<sup>27</sup> A marca de gênero é absolutamente dispensável quando não se trata de gênero feminino [NOTA DO EDITOR].

Devemos assumir que tal perspectiva – a de que, ao supostamente “extrair dados do campo”, o pesquisador encontra-se implicado em um complexo diálogo, que, na maior parte das vezes, não tem a merecida visibilidade – é atravessada pelos textos de Bakhtin e os de seus leitores.

O sentido é o produto da relação complexa que se tece entre o texto, objeto de estudo e de reflexão, e o contexto discursivo que o transmite e no qual se realiza o pensamento cognoscente. Aquele que faz ato de compreensão de um texto torna-se ele próprio participante do diálogo. E é bom sublinhar que, na situação interativa da pesquisa de campo, as questões colocadas pelo pesquisador participam das respostas dadas (A-morim, 2004, p. 190).

Na seqüência de nossa trajetória de pesquisa, optamos pela sala de professores de uma escola da rede pública estadual de ensino do Rio de Janeiro, como espaço de nossas observações. Tal opção pretendia pôr o foco sobre um contexto de produção/circulação de textos que habitualmente é visto como espaço em que os profissionais encontram-se descansando, em período de intervalo, com o objetivo de desnaturalizá-lo.

São duas as razões que nos conduziram à escolha referida acima. Em primeiro lugar, tomar a sala de aula como coordenada de espaço-tempo do trabalho docente implica compreender as atividades que transcorrem em outros espaços como “complementares”, ou mesmo “secundárias”. Há diferentes pistas no cotidiano de trabalho dos(as) professores(as) que nos conduzem a tais reflexões, uma delas é o fato de a referência para o cálculo do salário se dar em termos de tempos em sala de aula. Configura-se assim um cenário em que teríamos a separação entre algumas atividades que seriam remuneradas e outras não, produzindo-se certa hierarquia entre elas. Assim sendo, ao tomar como referencial o tempo de trabalho do professor em sala de aula, a remuneração do magistério, por exemplo, parece apontar para imagens classicamente identificadas com o trabalho docente, quais sejam as interações entre professor/aluno em sala de aula.

Essa hierarquização entre atividades que seriam inerentes ao trabalho docente (e, portanto, deveriam ser remuneradas) e outras supostamente secundárias constitui-se em uma das questões para análise propostas pela referida pesquisa. Nossa hipótese de pesquisa questionava o fato de que, embora apenas algumas atividades se

mostrem como efetivamente essenciais ao trabalho docente, há outras atividades inerentes à nossa prática profissional, que acabam por apresentar-se como secundárias.

Dessa forma, tanto as conversas, as reclamações, os comentários, os recados, os combinados, quantos as resoluções, as notícias de jornal, os versículos bíblicos e os bilhetes que circulam na sala de professores convocam o(a) professor(a) ao trabalho, de diferentes maneiras.

Assim sendo, a opção pela sala de professores foi motivada ainda por reflexões de Foucault acerca das sociedades disciplinares.

Segundo o referido autor:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente (Foucault, 2004, p. 119).

O controle sobre o trabalhador rural, nas sociedades ocidentais que se instituíram entre os séculos XIII e XVIII, dava-se sobre a cobrança de impostos, que representavam parte do produto de suas ações. A partir do século XVIII, com a emergência da industrialização, não bastaria agir mais apenas sobre o resultado da produção, é preciso, de acordo com o projeto que se hegemoniza então, evitar o desperdício do tempo. Tal imperativo se sustenta na necessidade de desenvolver uma economia do exercício do poder que articule obediência e utilidade. É nesse contexto que se consolidam as chamadas *sociedades disciplinares*.

A disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona ao modo de uma economia calculada, mas permanente (Foucault, 2004, p. 143).

De acordo com o referido autor, o poder não apenas reprime ou impede, mas produz realidade. O exercício do poder, conforme propõe Foucault, não se estabelece somente na relação entre a direção da escola e os professores, impedindo-os de realizar suas ativi-

dades de outra maneira. O poder se capilariza, assume formas variadas, produz certos regimes de verdade (Foucault, 2002).

Para agir sobre a virtualidade gestos, do movimento dos corpos, o poder disciplinar irá se impregnar na arquitetura, distribuindo os corpos no espaço. Na escola, cada atividade deve se exercer em um dado momento, no local reservado para tal. Vemos assim comportar-se, de modo articulado, um cruzamento das coordenadas de tempo e espaço. Na sala de aula, o que se espera do professor é que tenha controle de turma. Controlar a turma significa evitar falatórios, movimentos repentinos, posições inadequadas. A cada indivíduo, um lugar. A cada lugar, uma tarefa a ser cumprida. A cada tarefa, um tempo previsto.

O “bom” aluno e o “bom” professor definem-se por adequar seus movimentos, preencher seu tempo, circular pelos espaços da maneira mais próxima possível ao esperado, ao previsto pela norma.

É um princípio de ordem e de regularidade; pelas exigências que lhe são próprias, veicula, de maneira insensível, as formas de um poder rigoroso; sujeita os corpos a movimentos regulares, exclui a agitação e a distração, impõe uma hierarquia e uma vigilância que serão ainda mais bem aceitas (...) (Foucault, 2004, p.203)

A descrição acima caberia tanto a uma unidade escolar, quanto às instituições prisionais, aos ambientes hospitalares, ou ainda aos conventos e mosteiros. As sociedades disciplinares caracterizam-se exatamente pela dispersão por todo o tecido social de instituições de disciplinamento.

Ao optar por uma observação da sala de professores de uma escola da rede pública estadual de ensino, tínhamos em vista uma tentativa de desnaturalizar certo modo de funcionamento da arquitetura das instituições disciplinares. Nosso objetivo era exatamente o de mostrar o(a) professor(a) sendo convocado ao trabalho em um espaço em que apenas aparentemente ele se encontraria descansando entre uma aula e outra.

Entre os comentários que traçamos acima, destacaríamos o fato de que uma pesquisa em AD de base enunciativa reúne, como elementos basilares na construção de seu referencial teórico, da elaboração de suas hipóteses de trabalho, autores que não são propriamente lingüistas, embora contribuam fortemente com reflexões que po-

tencializam um trabalho sobre a linguagem. É nesses pequenos movimentos que se pode compreender o que está em questão quando se afirma que a AD é “uma disciplina não prevista no campo dos saberes” (Maingueneau, 1997). Isto significa dizer que sua emergência opera uma desarrumação na lógica disciplinar que se vinha produzindo.

Sustentamos nossa opção pela sala de professores recorrendo ainda à noção ampliada de situação de trabalho proposta por Rocha, Daher e Sant’Anna (2002), que nos permite compreender a situação de trabalho não apenas como o local em que se realiza uma dada atividade, mas a partir de uma rede de discursos que se responsabiliza pela produção/circulação de sentidos. Percebemos assim que a sala de professores da escola observada não se restringe a um espaço em que o profissional descansa entre uma aula e outra, é antes espaço de produção de combinados de trabalho entre disciplinas, correção de provas e testes, reuniões administrativas, sindicais, etc. Trata-se de espaço em que não só se fala sobre o trabalho, mas também se desenvolvem certas atividades como as descritas anteriormente.

### O MURAL E A “INVENÇÃO” DE PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO NO COTIDIANO

Neste item, evidenciaremos em que medida é possível articular as leituras de Foucault a que recorremos ao longo de nossa pesquisa com uma abordagem enunciativa, tal qual a define Bakhtin (2000).

Começaríamos assim afirmando que os textos, de uma perspectiva enunciativa, não podem ser vistos como unidades autônomas, mas sim como fios que tecem a complexa rede do interdiscurso. Desse modo, perceber entre o texto e seus meios de circulação uma relação de anterioridade seria indesejável.

O todo do enunciado se constitui como tal graças a elementos extralingüísticos (dialógicos), e este todo está vinculado aos outros enunciados. O enunciado é inteiramente perpassado por esses elementos extralingüísticos (dialógicos) (Bakhtin, 2000, p.336).

Assim, é necessário dizer que um dos aspectos importantes para uma dada teoria do discurso é a ruptura com modelos segundo

os quais haveria uma organização linear da comunicação. Primeiro, imagina-se que o emissor teria algo a dizer. Em seguida, sua intenção seria codificada em uma mensagem. Só então é que se optaria por um meio de circulação para a transmissão da mensagem.

Seria preciso compreender que os meios de circulação integram o conjunto da comunicação, interagindo na própria constituição dos enunciados. Nas palavras de Maigueneau (2001), seria preciso compreender não essa organização preconizada por certos modelos de comunicação, mas a existência de um dispositivo comunicacional que modela a totalidade do gênero.

Vemos assim que, ao afixar textos no mural da sala de professores, não se está apenas retirando uma notícia de jornal ou um versículo bíblico daqueles que seriam seus contextos habituais de circulação. Tais deslocamentos reconfiguram o quadro da totalidade do gênero, produzindo, portanto, sentido.

Com efeito, não estamos a defender que, ao ser retirada do jornal e afixada no mural da sala de professores, uma notícia deixaria de ser notícia e passaria a outro gênero. Estamos apenas dizendo que, apesar das permanências mais evidentes (mantêm-se, por exemplo, a mesma organização tipográfica, o mesmo texto, etc.), há algo que se desloca e produz sentido.

Desse modo, temos observado que no mural não só se “informam” questões que se supõem importantes, como também se propõem discussões. Ao ser afixada uma notícia sobre gravidez na adolescência ou um versículo bíblico que anuncia que o sucesso é caminho para poucos, é possível compreender que tal deslocamento não apenas transmite “informações”, mas propõe que tais textos sejam importantes para o referido contexto. Ou seja, pressupõe a existência de um interesse dos profissionais relativo a esses textos ou ainda julga sua circulação no contexto em questão como necessária.

Haveria assim certas vozes que se autorizariam a falar aos professores através do mural. Tal opção nos tem levado a compreender o mural a partir de três aspectos: i. regime de visibilidade de textos “divulgáveis”; ii. dispositivo de saber; iii. construtor de um interesse coletivo. Essa compreensão foi possível, na medida em que

percebemos a relação texto-mural inscrita na *totalidade do gênero do discurso*.

É possível dizer, portanto, que tal opção teórica tem nos permitido compreender o mural, do ponto de vista enunciativo, não como mero reflexo das interações ocorridas, mas como produtor de saberes e, assim, de imagens discursivas do trabalho docente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, vimos explicitando os referenciais teóricos, bem como as expectativas que nos levaram a uma dada trajetória de pesquisa em AD. Com isto, pretendemos sustentar que uma pesquisa em AD tem como projeto desnaturalizar os percursos previamente estabelecidos de pesquisa, em favor de um investimento no sentido de dar visibilidade às intensidades que vão se tecendo ao longo do percurso.

Evidenciamos ainda que, ao estabelecer como objeto de estudo o discurso como fenômeno integralmente histórico e integralmente lingüística, uma perspectiva enunciativa nos coloca o desafio de fazer diferentes referenciais dialogarem. Ao dialogar com saberes supostamente próprios à Psicologia, à História e às Ciências Sociais, o que está em questão é exatamente uma dada arbitrariedade na constituição das fronteiras disciplinares. Trabalhar com a linguagem é, necessariamente, transitar pelos diferentes campos do saber.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Marília. *O Pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos 19*. Campinas: Unicamp, julho-dezembro, 1990.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. a partir do francês por Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DEUSDARÁ, B. *Imagens da alteridade no trabalho docente: enunciação e produção de subjetividade*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Letras/UERJ, 2006.

——— & ROCHA, D. O mesmo e o outro do(a) professor(a): a relação entre gênero do discurso e suporte na construção de imagens discursivas do trabalho docente. Rio de Janeiro, *Cadernos do CNLF*, volume X, nº 10, 2006. Disponível em:  
<http://www.filologia.org.br/xcnlf/10/14.htm>

FOUCAULT, Michel.. *A Verdade e as formas jurídicas*. Trad. de Roberto C. de M. Machado e Eduardo J. Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

———. *Vigiar e Punir: nascimento das prisões*. 29ª ed. Trad. Raquel Ramallete Petrópolis: Vozes, 2004.

———. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIORGI, Maria Cristina. *Seleção para a rede pública estadual de ensino: o que se espera do professor de língua estrangeira?* Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

———. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes; Unicamp, 1997.

ROCHA, Décio, DAHER, M. del Carmen F G. & SANT'ANNA, Vera L. de A. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de & FAÏTA, Daniel (orgs.). *Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.